

JUSPREV

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016





Conteúdo	Pag.
I - Balanço Patrimonial	2
II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	3
III - Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	4
IV - Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	5
V - Demonstrac�o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	6
VII - Demonstrac�o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	7
Notas Explicativas �s Demonstrac�es Contábeis Consolidadas	8 - 18

I - Balanço Patrimonial Consolidado

Ativo	em R\$ mil		Passivo	em R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Disponível	25	51	Exigível Operacional	867	707
			Gestão Previdencial	724	587
Realizável	183.778	144.250	Gestão Administrativa	143	120
Gestão Previdencial	112	103	Patrimônio Social	183.002	143.676
Gestão Administrativa	35	8	Patrimônio de Cobertura do Plano	182.480	143.594
Investimentos	183.631	144.139	Provisões Matemáticas	182.480	143.594
Fundos de Investimentos	183.631	144.139	Benefícios Concedidos	1.256	1.143
			Benefícios a Conceder	181.224	142.451
Permanente	66	82	Fundos	522	82
Imobilizado	66	82	Fundos Administrativos	522	82
Total do Ativo	183.869	144.382	Total do Passivo	183.869	144.382

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	143.676	113.003	27,14%
1. Adições	51.364	43.565	17,90%
(+) Contribuições Previdenciais	33.416	26.472	26,23%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	14.141	15.104	-6,37%
(+) Receitas Administrativas	3.750	1.970	90,32%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Administrativa	57	19	195,29%
2. Destinações	-12.038	-12.893	-6,63%
(-) Benefícios	-8.671	-10.540	-17,73%
(-) Despesas Administrativas	-3.367	-2.353	43,10%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	39.326	30.673	28,21%
(+/-) Provisões Matemáticas	38.886	31.036	25,29%
(+/-) Fundos Administrativos	440	-363	-221,00%
(B) Patrimônio Social no Final do Exercício (A+3+4)	183.003	143.676	27,37%

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	143.594	112.558	27,57%
1. Adições	47.360	41.887	13,07%
(+) Contribuições	33.219	26.783	24,03%
(+) Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	14.141	15.104	-6,37%
2. Destinações	-8.473	-10.851	-21,92%
(-) Benefícios	-8.671	-10.540	-17,73%
(-) Custeio Administrativo	198	-312	-163,56%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	38.887	31.036	25,29%
(+/-) Provisões Matemáticas	38.887	31.036	25,30%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	182.481	143.594	27,08%
C) Fundos não previdenciais	522	82	536,10%
(+/-) Fundos Administrativos	522	82	536,10%

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	183.726	144.263	27,36%
Disponível	18	37	-50,25%
Recebíveis	635	185	243,63%
Investimentos	183.073	144.041	27,10%
Fundos de Investimento	183.073	144.041	27,10%
2. Obrigações	724	587	23,32%
Operacional	724	587	23,32%
3. Fundos não Previdenciais	522	82	536,10%
Fundos Administrativos	522	82	536,10%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	182.480	143.594	27,08%
Provisões Matemáticas	182.480	143.594	27,08%

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

**V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
Consolidado**

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	82	445	-81,67%
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.807	1.990	91,34%
1.1. Receitas	3.807	1.990	91,34%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	26	338	-92,42%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.273	726	75,43%
Receitas Diretas	2.428	893	172,01%
Resultado Positivo dos Investimentos	57	19	195,29%
Outras Receitas	23	14	65,55%
2. Despesas Administrativas	3.367	2.353	43,10%
2.1. Administração Previdencial	3.086	2.278	35,48%
Pessoal e encargos	1.674	1.420	17,89%
Treinamentos/congressos e seminários	6	20	-68,03%
Viagens e estadias	365	170	114,26%
Serviços de terceiros	336	257	30,39%
Despesas gerais	492	283	73,65%
Depreciações e amortizações	25	25	-2,21%
Tributos	188	103	82,06%
2.2. Administração dos Investimentos	57	49	16,96%
Serviços de terceiros	57	49	16,96%
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	224	26	753,91%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	440	-363	-221,00%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	440	-363	-221,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	521	82	539,11%

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Descrição	em R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+4)	183.204	144.181	27,07%
1. Provisões Matemáticas	182.480	143.594	27,08%
1.1. Benefícios Concedidos	1.256	1.143	9,94%
Contribuição Definida	1.256	1.143	9,94%
1.2. Benefícios a Conceder	181.224	142.451	27,22%
Contribuição Definida	181.224	142.451	27,22%
Saldo de contas - parcela participantes	181.224	142.451	27,22%
4. Exigível Operacional	724	587	23,32%
4.1. Gestão Previdencial	724	587	23,32%

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

Nota 1 – Contexto Operacional

O Fundo De Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça – JUSPREV, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma fundação nos termos do art. 202 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, através do ofício nº 1.416 de 14 de agosto de 2007, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. São instituidores do JUSPREV, as Associações do Ministério Público e da Justiça e ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil constantes dos termos de adesão, instituidores do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS-PLANJUS, autorizado a funcionar a partir de 05 de agosto de 2008, através do ofício nº 2.434 SPC/DETC/CGAF de 10 de julho de 2008.

O JUSPREV tem sede e foro na Rua Mateus Leme, 2018, térreo, Centro Cívico de Curitiba - PR, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O JUSPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios, quanto ao participante: (a) Renda Mensal Programada; (b) Renda Mensal Diferida; e (c) Renda Mensal por Invalidez. Quanto aos beneficiários: (a) Renda Mensal por Morte de Participante Ativo, Ativo Vinculado e Ativo Remido; (b) Renda Mensal por Morte de Assistido; e (c) Renda Mensal Educacional.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo JUSPREV com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

A estrutura contábil está segregada em três atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

- **Gestão Previdencial** – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefício previdenciários.
- **Gestão Administrativa** – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas.
- **Fluxo de Investimentos** – grupo de contas contábeis destinados ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da gestão Previdencial e da gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

I - Balanço Patrimonial – Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de Ativo, Passivo e Patrimônio Social, ao final de cada exercício.

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social ao final de cada exercício.

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) – Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL) – Tem como finalidade demonstrar a posição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA) – Tem como finalidade demonstrar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

VII - **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)** – Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

Nota 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

O resumo tem como objetivo explicar a forma de contabilização das operações e o que representam os valores relativos aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nas diversas contas patrimoniais.

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A contabilidade do JUSPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O JUSPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano instituído, são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1 – Apuração do Resultado

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2 – Realizável

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

3.3 – Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.

- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

3.4 – Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

a) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

b) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

3.4.1 – Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

3.4.2 – Rateio das Despesas Administrativas

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

3.4.3 – Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

Nota 4 – Demonstrações Contábeis

4.1 – Ativo

4.1.1 – Disponível

Disponibilidade são os recursos financeiros que se encontram à disposição da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em espécie e os depósitos bancários à vista. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Imediato	25	51
Caixa Geral Administração	3	1
Bancos conta movimento	22	50
Bradesco	-	-
Banco do Brasil	1	5
Caixa Econômica Federal	-	1
Santander	-	-
SICREDI	19	43
Itaú	1	1

4.1.2 – Realizável

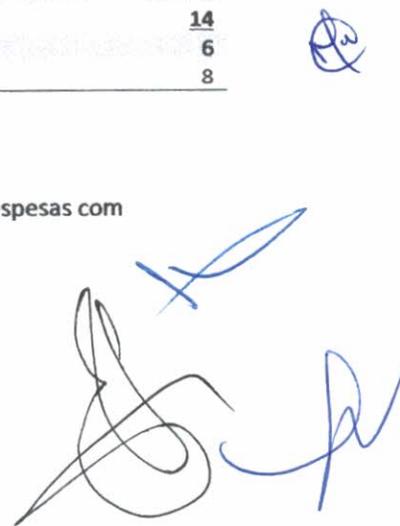
4.1.2.1 – Gestão Previdencial

Os saldos em outros realizáveis da gestão Previdencial referem-se a custeio administrativo insuficiente no ano, Imposto de Renda a Recuperar sobre recolhimento a maior e benefícios pago a maior. Em 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Total Previdencial	112	103
Custeio administrativo antecipado	88	88
Outros realizáveis	24	14
Pagamentos indevidos de resgates e benefícios	7	6
IRRF a compensar	17	8

4.1.2.2 – Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber do PGA junto a terceiros, impostos a compensar e despesas com benfeitorias a serem diferidas, apresentam os seguintes saldos em 2017 e 2016:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

Descrição	2017	2016
Total Administrativo	8	8
Contas a receber	2	3
Responsabilidade de Terceiros	2	3
Integralização de Cotas	1	1
Reembolso de despesas	1	2
Outros Realizáveis	5	5
Impostos a compensar	5	5

4.1.2.2 – Investimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o JUSPREV possuía em sua carteira, títulos para negociação ajustados ao valor de mercado, e títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período, de acordo com artigo 3 da Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002.

Em 31 de dezembro os investimentos apresentam os seguintes saldos:

Investimentos	2017	Distrib. %	2016	Distrib. %
Investimentos	183.631	100,00	144.139	100,00
Fundos de Investimento	183.631	100,00	144.139	100,00
Referenciado	445	0,24	7	0,01
Icatu Vanguarda GOLD *	445	0,24	7	0,01
Multimercado	183.186	99,76	144.132	99,99
Icatu Vanguarda JUSPREV **	62.987	34,30	44.790	31,07
JUSPREV FI Multimercado	61.256	33,36	46.654	32,37
Sul America JUSPREV	58.943	32,10	52.688	36,55

*O fundo Bradesco FI Referenciado DI, foi substituído pelo fundo Icatu Vanguarda GOLD

** O fundo Bradesco JUSPREV FIC de FI Multimercado, foi substituído pelo fundo Icatu Vanguarda JUSPREV (exclusivo)

4.1.3 – Permanente

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC Nº 34, de 24 de janeiro de 2009.

Permanente	2017	Acréscimos	Depreciação	2016
Imobilizado	66	8	-24	82
Bens Móveis	66	8	-24	82
Computadores	10	-	-4	14
Periféricos	6	4	-2	4
Sistema Operacional	7	-	-9	16
Móveis e Utensílios	34	4	-7	37
Máquinas e Equipamentos	9	-	-2	11

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

4.2 – Passivo

4.2.1 – Exigível Operacional

a) Gestão Previdencial

Corresponde a retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates e benefícios mensais, com vencimento em janeiro de 2018:

Descrição	2017	2016
Exigível Previdencial	<u>724</u>	<u>587</u>
IRRF s/ Benefícios de Renda Mensal	7	5
IRRF s/ Resgates	147	175
Mongeral Aegon Seguros Privados	558	400
Créditos Indevidos de Contribuições	12	7

a) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher a vencerem em janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Exigível Administrativo	<u>143</u>	<u>120</u>
Encargos	5	4
Provisão para férias	77	75
Fornecedores	2	2
Compromissos a pagar	3	1
Retenções a recolher	40	26
PIS	2	1
COFINS	11	7
TAFIC	3	4

4.3 – Patrimônio Social

4.3.1 – Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS-PLANJUS.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresentam em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os seguintes saldos:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

Descrição	2017	2016
Patrimônio de Cobertura do Plano	182.480	143.594
Provisões Matemáticas	182.480	143.594
Benefícios concedidos	1.256	1.143
Contribuição Definida	1.256	1.143
Benefícios a conceder	141.224	142.451
Contribuição Definida	141.224	142.451

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

De acordo com o artigo 3º da Instrução PREVIC nº 12 de 13 de outubro de 2014, a Entidade fica dispensada de encaminhar a Demonstração Atuarial - DA para à PREVIC, devido ao plano de benefícios ser constituído na modalidade contribuição definida.

4.3.2 – Fundos

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresenta o seguinte saldo:

Fundo	2017	2016
Fundo Administrativo	522	82
Cobertura do Ativo Permanente	66	82
Sobrecarga Administrativa	456	-

4.4 – Resultado das Operações

4.4.1 – Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

I. Adições

Representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Contribuições – representam as contribuições (adições) recebidas na gestão previdencial;

Fluxo dos Investimentos – representa o resultado positivo dos investimentos.

II. Deduções

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

Representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Benefícios de Prestação Continuada, Resgates, Portabilidade, Pecúlio e outras Deduções – representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios da gestão previdencial;

Recursos Oriundos do PGA – representa valores transferidos do plano de gestão administrativa para o custeio do plano de benefícios dos empregados da Entidade;

Cobertura de despesas Administrativas – representa o valor transferido para o plano de gestão administrativa para a cobertura de despesas administrativas.

Descrição	2017	2016
(+) Adições	33.219	26.783
Contribuições	33.219	26.783
(-) Deduções	-8.671	-10.540
Benefícios de Prestação Continuada	-241	-246
Resgates	-4.079	-5.838
Portabilidade	-337	-252
Pecúlio	-	-74
Outras deduções	-4.014	-4.130
(+/-) Cobertura/reversão de despesas administrativas	198	-312
Recursos Oriundos do PGA	224	26
Contribuições/Reembolsos	-26	-338
(+/-) Fluxo dos investimentos	14.141	15.104
Constituição/reversão de provisões atuariais	38.887	31.036

4.4.2 – Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre algumas contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento das aplicações dos recursos do fundo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre as gestões. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

4.4.2.1 – Custeio da Gestão Administrativa

4.4.2.1.1 – Receitas

a) Taxa de carregamento

Representa à taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos, conforme plano de custeio.

b) Receitas Antecipadas

Representa apropriação de receita antecipada por insuficiência administrativa no exercício de 2016.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

c) Custeio Administrativos dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos previdenciais para cobertura das despesas administrativas dos investimentos. Para o exercício de 2017 foi aplicado 0,80% a.a. e 2016 foram aplicados os seguintes percentuais: de janeiro a maio, 0,35% a.a.; de junho a dezembro 0,80 % a.a. sobre os investimentos previdenciais.

d) Receitas Diretas e Outras

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco.

e) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Receitas	<u>3.807</u>	<u>1.990</u>
Taxa de carregamento	26	250
Receitas antecipadas	-	88
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.273	726
Diretas e Outras Receitas	2.451	907
Resultado Positivo dos Investimentos	57	19

4.4.2.1.2 – Despesas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos.

a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

b) Administração Investimento

Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos.

Descrição	2017	2016
Despesas	<u>3.367</u>	<u>2.353</u>
Administração Previdencial	<u>3.086</u>	<u>2.278</u>
Pessoal e Encargo	1.674	1.418
Treinamentos/Congressos e Seminários	6	20
Viagens e Estadias	365	170
Serviços de Terceiros	336	258
Despesas Gerais	492	284
Depreciações e Amortizações	25	25
Tributos	188	103
Administração Investimento	57	49
Serviços de Terceiros	57	49
Reversão de recursos para plano de benefícios	224	26

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

<

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em R\$ mil)

Nota 5 – Investimentos

A administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de investimentos da Entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados - CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

5.1 – Fluxo dos Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos, é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
(+) Rendas/Variações Positivas/Negativas	15.471	15.849
(-) Cobertura Despesas Administrativas de Investimento	1.273	726
= Apuração do Fluxo dos Investimentos	14.198	15.123
Gestão Previdencial	14.141	15.104
Gestão Administrativa	57	19

Nota 6 – Rentabilidade do plano de benefícios

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, obtida pela aplicação do patrimônio da Entidade, foram de 9,43% e 12,62% respectivamente, calculada com base na variação da cota.

Nota 7 – PIS e COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).


Antonia Lélia Neves Sanches
Diretora-Presidente
CPF 514.427.879-53


Marcio Humberto Gheller
Diretor Jurídico e de Benefícios
CPF 451.220.839-91


Jair Eduardo Santana
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 077.345.058-05


Marília Lima de Miranda
Contadora - CRC - RJ-087217/O-1
CPF 001.890.407-69